



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 25 de novembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	2
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Protestos na ALEAM.....	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Mais ameaças à ZFM	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Trabalho	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Trabalho (continuação)	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Conjuntura	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Regiões Metropolitanas.....	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Registro de micro cresce 30% no Amazonas	10
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Registro de micro cresce 30% no Amazonas (continuação)	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Sim & Não	12
OPINIÃO	
A CRITICA	
Comportamento.....	13
ECONOMIA	
A CRITICA	
Entrvista - Pauderney Avelino	14
ECONOMIA	
A CRITICA	
Puraquera	15
ECONOMIA	
A CRITICA	
Puraquera (continuação)	16
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	17
BEM VIVER	
A CRITICA	
Defesa sem fim da Zona Franca	18
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
CAPA	19
CAPA	

AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	20
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Deputados do Amazonenses fazem apelo a presidente	21
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Gás chega às indústrias em julho do próximo ano	22
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Gás chega às indústrias em julho do próximo ano (continuação)	23
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Gás chega às indústrias em julho do próximo ano (continuação)	24
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
ICMS	25
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Agricultores vão ao MPE pedir fim de desocupação	26
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Mais de 5 mil hectares de terreno para o polo naval	27
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
MPF-AM	28
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Pedidos de seguro-desemprego têm queda de 3,6% em dezembro	29
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Pedidos de seguro-desemprego têm queda de 3,6% em dezembro (continuação).....	30
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Nokia afirma que demissões atingiram apenas 49 trabalhadores	31
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	32
OPINIÃO	

CAPA

Conferência desperta para custo do trabalho

Medidas para melhorar a geração de empregos podem onerar os gastos na produção

Custos com a mão de obra no PIM encarecem a atividade produtiva e podem diminuir ainda mais a competitividade da ZFM em relação aos produtos chineses. O assunto foi debatido durante a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, realizada durante a quarta e quinta-feira sob organização da Setrab (Secretaria de Estado do Trabalho). Segundo representantes do setor industrial consultados pelo *Jornal do Commercio*, as medidas para proporcionar maior geração de emprego e melhor qualidade no ambiente de trabalho são importantes, mas oneram em demasia os gastos das empresas. Para o titular da SRTE (Secretaria Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas), Dermilson Chagas, alta carga de tributos paga para se realizar a atividade industrial é o principal impeditivo para uma geração maior de empregos e com competitividade.

CAPA

Deputados protestam por demora na nomeação de Thomaz Nogueira

Frente & Perfil

Thomaz poderá ser nomeado dia 7 no CAS

Em reunião ontem com a ministra das Relações Institucionais Ideli Salvatti, o senador Eduardo Braga (PMDB) e os deputados federais Henrique Oliveira (PR), Rebecca Garcia (PP) e Sabino Castelo Branco (PTB) conversaram sobre a nomeação do secretário executivo da Sefaz Thomaz Nogueira, para a Superintendência da Suframa. Após o encontro, Braga informou que o nome do técnico já foi aprovado por todos os setores do governo e disse que embora ainda não exista "uma data formal para a nomeação, existe a expectativa de que isso seja feito no próximo dia 7 de dezembro na reunião do Conselho de Administração da Suframa".



DEMORA

Ontem, líder do governo na ALE, deputado Sinésio Campos (PT), criticou a demora na nomeação do novo superintendente da Suframa. Mais de um mês após a saída da superintendente Flávia Grosso do cargo, o economista Thomaz Nogueira ainda não teve seu nome confirmado.

OCULTA

Atento e no seu melhor estilo irônico, o deputado Belarmino Lins (PMDB) creditou a demora na não nomeação de Thomaz Nogueira para a Suframa à pres-

ção de alguma força oculta. "Sabemos que tem alguma força oculta brecando a nomeação, mas não sabemos dizer quem é", disparou.

COLETIVA

A disputa de grupos dentro do PT local pode terminar hoje. O partido promove hoje, às 15h, em sua sede, coletiva de imprensa com o secretário Nacional de Mobilização e coordenador da Região Norte da Comissão de Acompanhamento para as Eleições 2012, Jorge Coelho, para tratar sobre as Eleições 2012.

DISPUTA

Após a coletiva, será realizada uma reunião com as executivas estadual e municipal oficialmente para tratar sobre o calendário eleitoral do PT para 2012. Extra-oficialmente a discussão vai rolar em torno das disputas internas entre os grupos dos deputados Praciano e Sinésio Campos.

OPERAÇÃO

As Forças Armadas do Brasil iniciaram na quinta-feira (24) uma operação para combater ilícitos nas frontei-

ras com Peru, Bolívia e Paraguai. Conforme o Ministério da Defesa, vai mobilizar 6.500 militares na maior ação conjunta das Forças Armadas já realizada em zonas limítrofes.

MOBILIZADO

Ainda sobre o PT. Em momento de grande mobilização, o partido realiza hoje o seminário "O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Zona Franca de Manaus (ZFM) proposta de um novo tempo". Evento acontece das 8h30 às 18h30 no hotel Da Vinci.

Protestos na ALEAM

“Zona Franca de Manaus está acéfala, sem comando”

Por Juscelino Taketomi

Especial para o JOC

Os parlamentares oficializarão sua irritação em documento ao Planalto. Eles acusam o governo federal de prejudicar a ZFM e o Estado do Amazonas com a demora

Em tom de indignação, seis deputados estaduais mandaram um recado direto à presidente da República, Dilma Rousseff, na sessão de ontem, 24, da Assembleia Legislativa, protestando contra a demora no processo de nomeação do novo superintendente da Suframa. Os parlamentares, que oficializarão seu descontentamento em um

documento que encaminharão ao Palácio do Planalto, acusam o governo federal de prejudicar a ZFM e o Estado do Amazonas com a demora, fazendo diminuir os investimentos no PIM (Polo Industrial de Manaus) e gerando clima de tensão entre empresários e milhares de trabalhadores com seus empregos ameaçados.

“A Zona Franca está acéfala, sem comando, e o seu grande gargalo hoje é a nomeação do seu novo superintendente”, bradou da tribuna da ALE o deputado Sinésio Campos (PT). Ele puxou o cordão da bateria de ataques disparados contra Dilma Rousseff e os ministros Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando Pimentel (Indústria e Comércio Exterior), acusados de protelar a nomeação do secretário executivo da Sefaz, Thomaz Nogueira, para substituir a ex-superintendente Flávia Grosso, que

renunciou ao cargo sob denúncias de corrupção.

Além do petista Sinésio Campos, os deputados Belarmino Lins (PMDB), Adjufo Afonso (PP), José Ricardo (PT), Abdala Fraxe (PTN) e Marco Antônio Chico Preto (PSD) disseram ter “chegado a hora” de exigir que o Palácio do Planalto apresse a divulgação no Diário Oficial da União do nome do novo titular da Suframa. A demora, de acordo com eles, é altamente prejudicial ao Amazonas porque ocorre em um momento em que se discute a criação de um Polo Naval no Estado, “que seria um novo Distrito Industrial”, e se questiona a minirreforma tributária do governo federal, que pretende reduzir a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o que tira vantagens comparativas da ZFM. “A criação do Polo Naval passa pela Suframa”, diz Sinésio Campos.

Contingenciamento

“Há quarenta e cinco dias o governo federal protela a nomeação do novo superintendente da Suframa, deixando a nossa Zona Franca à deriva, e não é possível que isso seja obra de grupos inimigos do Amazonas na calada da noite”, ataca Belarmino Lins. “Isso é um absurdo só comparável ao contingenciamento de mais de 1 bilhão de reais da Suframa”, reforça

Abdala Fraxe.

“Já não chega a política tributária do Palácio do Planalto que prepara uma minirreforma e um novo golpe contra a ZFM através da redução do ICMS”, protesta Chico Preto, defendendo o envio de um documento à presidente Dilma Rousseff mostrando a indignação dos parlamentares estaduais e cobrando solução rápida

para o problema.

Também o deputado José Ricardo Wendling alerta para a gravidade do problema e chama a atenção para a escolha do novo superintendente que, dentre outras coisas, “deve ser um articulador junto ao Palácio do Planalto e saber conduzir o processo de revisão do modelo ZFM diante das novas demandas do mundo tecnológico”.

Mais ameaças à ZFM

José Ricardo manifesta preocupação com a PEC da Música

O deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) aproveitou esta quinta-feira (24), para manifestar sua preocupação com a economia do Estado, da ZFM (Zona Franca de Manaus) e aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Música, que concede imunidade tributária a CDs e DVDs com produção musical brasileira, está pronta para ser submetida à votação.

De acordo com José Ricardo, muitos artistas e músicos, estão apoiando a aprovação da PEC, com o argumento de que ela vai combater a pirataria e defender os direitos autorais dos profissionais da área da música. Por outro lado, segundo José Ricardo, existe estudo, e o governo do Estado já se manifesta há algum tempo sobre isso, que diz que essa PEC não vai resolver a questão da pirataria. "A pirataria é ilegal, é crime, mas estão aí falsificando produtos, retirando um direito do músico e autores, pois há pouco combate na prática", disse ele.

O deputado também alerta para outro problema. Com a imunidade, o setor despertará atenção dos setores de fiscalização. "Se hoje já não tem fiscalização imagine quando essa PEC for

Foto: Diretoria de Comunicação/ALE



De acordo com José Ricardo, muitos artistas apoiam a aprovação da PEC

aprovada", afirmou ele, ao assegurar que, com certeza, essa MP trará prejuízo não só para o Amazonas, mas para todo o Brasil, uma vez que não haverá mais impedimento para importações. "As empresas que produzem mídias eletrônicas, e 98% delas só estão no Estado por causa das vantagens de impostos, vão embora", prevê ele.

Reunião

José Ricardo também falou da chegada, em Manaus, do secretário nacional de Mobilização do PT, Jorge Coelho, responsável pelo acompanhamento das eleições de 2012 para o encontro com os integrantes do partido.

O deputado explicou a

importância da presença do secretário do partido na cidade, diante da decisão do partido, em eleger candidato próprio nas próximas eleições nas principais capitais do país, entre elas Manaus. "Em Manaus o PT vai ter candidato próprio à prefeitura", disse ele, ao afirmar que partido tem propostas para enfrentar os problemas da cidade.

Um dos itens da discussão, como ressaltou, será o calendário do Diretório Municipal de discussão em relação às propostas, planos e premissas para as eleições do ano que vem.

José Ricardo explicou que na semana passada, o secretário-geral do partido, Elói Pietá esteve em Manaus para anunciar as determinações do PT Nacional para as eleições.

O parlamentar ressaltou que o PT não participa do governo municipal (administração Amazonino Mendes). "Não está representado, não tem decisão, não tem apoio do deputado federal, dos dois deputados estaduais e dos dois vereadores do partido e nem dos seus filiados. Se eventualmente tem apoio, é por decisão isolada", disse ele, ao afirmar que o governo municipal não discute nada com a sociedade.

Trabalho

Mão de obra é diferencial em corrida contra os chineses

Despesas com pessoal e todos os benefícios trabalhistas coloca PIM em desvantagem sobre as indústrias chinesas

POR JULIANA GERALDO

Custos com a mão de obra no PIM encarecem a atividade produtiva e podem diminuir ainda mais a competitividade da ZFM em relação aos produtos chineses. O assunto foi debatido durante a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, realizada na última quarta e quinta-feira sob organização da Setrab (Secretaria de Estado do Trabalho).

Segundo representantes do setor industrial consultados pelo *Jornal do Comércio*, as medidas

para proporcionar maior geração de emprego e melhor qualidade no ambiente de trabalho, com geração de benefícios na área de saúde e alimentação, são importantes, mas oneram em demasia os gastos das empresas, o que estaria impedindo a aproximação com os preços dos produtos asiáticos, considerados desleais pela indústria local.

"Sempre se procura melhorar a vida do trabalhador, mas até essas medidas têm limites. O governo tem que diminuir impostos e custos. Não pode colocar todo o peso nas costas da atividade econômica. Por isso, da parte da indústria, ainda controlamos os custos para ver até onde o Governo cede para seguirmos a mesma linha", esclareceu o presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Félix.

Segundo ele, para diminuir a distância em relação

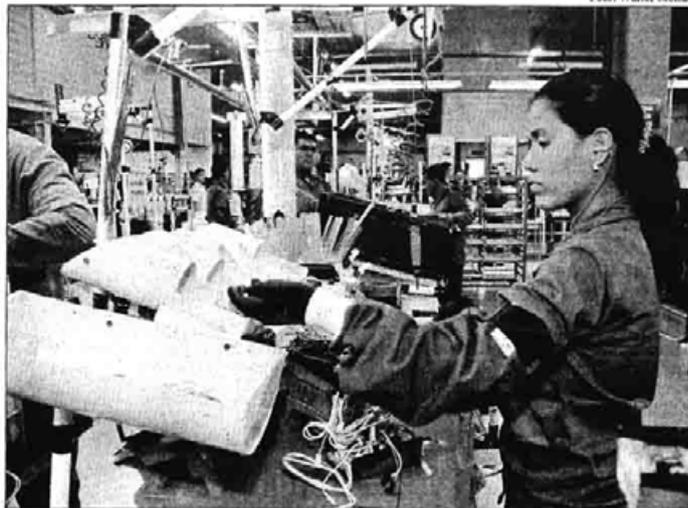


Foto: Walter Mendes

Trabalhadores do polo amazense são contemplados com vantagens e benefícios da legislação

à China, precisa ser feito um controle maior em relação à mercadoria proveniente do país, criação de mais postos aduaneiros e medidas tributárias que ofereçam privilégios ao

mercado interno.

Para o titular da SRTE (Secretaria Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas), Dermilson Chagas, o custo Brasil - alta carga de tributos

paga para se realizar a atividade industrial - é o principal impeditivo para uma geração maior de empregos e com competitividade frente aos países asiáticos.

Por dentro

Conferência

A conferência foi uma preparação para o encontro nacional que visa estruturar o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

"Para o Amazonas, o objetivo é traçar uma política regional ou estadual de emprego visando solucionar os mais diversos gargalos como falta de mão de obra especializada, por exemplo", destacou o vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo.

Em março de 2012 está prevista a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com objetivo de contribuir para a construção, o fortalecimento e a promoção de uma política que prioriza melhores empregos, igualdade de oportunidade e tratamento, combate ao trabalho escravo e o trabalho infantil.

Trabalho (continuação)

Combate aos asiáticos com foco nas diferenças culturais

"A competição existe quando dois produtores têm interesse em fabricar e comercializar o mesmo produto, portanto não se trata de mexer ou não no custo da mão de obra. Nunca vamos alcançar a China em termos de competitividade porque, hoje, o modo de produção asiática é infinitamente menor e responsável pela quase totalidade da produção mundial", afirmou o economista e consultor empresarial do polo industrial, José

Alberto Machado.

Ele explica que atualmente, o modelo Zona Franca trabalha sob a lógica da demanda, produzindo apenas aquilo que tem saída no mercado. Dessa forma, fabrica o mesmo que o resto do mundo, inclusive a China. "Precisamos começar a trabalhar sob a lógica de oferta, ou seja, investir e oferecer aquilo no que somos bons, termos o nosso diferencial, produtos competitivos que não sejam foco da indústria

Para se chegar a esse resultado, o Estado precisa passar obrigatoriamente pelo processo de inovação tecnológica e formação de mão de obra qualificada

chinesa", explanou.

No entanto, de acordo com o economista, para se chegar a esse resultado, o Estado precisa passar obrigatoriamente pelo processo de inovação tecnológica e formação de mão de obra qualificada, um dos principais gargalos do Amazonas.

"Só uma visão estratégica nova pode nos colocar de novo na disputa", enfatizou.

Ele afirma ainda que, em termos de medidas estratégicas, o Amazonas está atrasado no mínimo

oito anos e a falta de um dirigente na Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), - que desde o dia 7 de outubro está sem um superintendente titular - atrasa ainda mais a tomada de decisões. "Mas de qualquer forma já estávamos defasados. Os bons resultados eram garantidos apenas pelo excesso de demanda. Agora, com o quadro atual, as lacunas começaram a ficar mais visíveis", criticou.

OPINIÃO

"Diminuir consideravelmente o número de impostos. Esse é o caminho para competir com a China".

Cristovão Marques
Presidente da Aícam

Conjuntura

Produção industrial segue negativa, mostra CNI

A produção industrial brasileira registrou em outubro mais um mês de desempenho fraco e o acúmulo de estoques pode prejudicar ainda mais a produtividade do setor.

O nível de utilização efetiva da capacidade de produção das fábricas atingiu o pior nível desde junho de 2009, de acordo com sondagem elaborada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). O indicador de produção ficou em 48,8 pontos, praticamente o mesmo patamar de setembro (48,6). Leituras abaixo de 50 pontos representam evolução negativa do índice.

“Os indicadores de outubro mostram um cenário negativo para a indústria. A atividade está desaquecida, a produção caiu e os estoques de produtos finais aumentaram”, afirmaram os técnicos da entidade na pesquisa, divulgada hoje, que ouviu 1.864 empresas.

De acordo com a CNI, o indicador que mede os estoques industriais subiu em relação ao que foi apurado em setembro. Esse acúmulo de produtos na prateleira pode reduzir ainda mais a produtividade do setor nos próximos meses. “Prevíamos que a produção seria fraca para ajustar os estoques. Mas mesmo com a retração, as empresas continuam acumulando mercadorias”, afirmou Marcelo Azevedo, economista da entidade.

Desânimo

O início do último trimestre do ano em ritmo fraco prejudica, segundo a CNI, as expectativas de desempenho para os próximos seis meses. “O otimismo com relação à evolução da demanda é cada vez menos disseminado na indústria”, disse Marcelo Azevedo.

Outro aspecto que preocupa a entidade é o comportamento do trabalho. O indicador atingiu 49,1 pontos no mês passado ante 50,3 pontos em setembro. “Apesar de se encontrar próximo da linha divisória dos 50 pontos, a redução do índice de emprego já chama a atenção, por ser um dos últimos indicadores a sentirem o reflexo de mudanças”, disse Azevedo. “A maioria dos setores analisados na pesquisa já começa a reduzir seu quadro de pessoal”.

Os indicadores de expectativa em relação à compra de matérias-primas e exportações também registraram leituras abaixo de 50 pontos, o que sinaliza pessimismo dos empresários.

Apesar das expectativas serem afetadas por efeitos típicos do fim do ano, uma vez que as encomendas para as vendas de dezembro já foram feitas, o sentimento registrado no levantamento no início de novembro está muito abaixo do verificado no mesmo período de 2010. “Com os estoques se acumulando significativamente, não faz sentido as empresas comprarem matérias-primas nem contratar”, ponderou Azevedo.

Regiões Metropolitanas

Taxa de desemprego vai ao nível de 2002, diz IBGE

A taxa ficou em 5,8% em outubro, a menor para o mês desde 2002, quando o instituto reformulou a tradicional Pesquisa Mensal de Emprego

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do país ficou em 5,8% em outubro. É a menor taxa para o mês desde 2002, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) reformulou a Pesquisa Mensal de Emprego. Os dados divulgados hoje (24) mostram que a taxa apresentou leve queda em relação ao resultado de setembro (6%) e de outubro do ano passado (6,1%).

Cerca de 1,4 milhão de pessoas estavam desocupadas no mês passado, enquanto 22,7 milhões de brasileiros trabalhavam. Na comparação com outubro de 2010, houve aumento de 1,5% no número de pessoas ocupadas (adicional de 336 mil trabalhadores) em 12 meses.

O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (11,1 milhões) não teve variação significativa em relação ao total de setembro. Na comparação

com o de outubro de 2010, houve aumento de 7,4%, o que representou um adicional de 765 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano.

O rendimento médio real dos ocupados (R\$ 1.612,70) também não variou na comparação com setembro e permaneceu estável ante outubro do ano passado. A massa de rendimento real (R\$ 36,9 bilhões) ficou estável em relação a setembro. Na comparação com o valor registrado em outubro de 2010, houve alta

de 0,9%.

As regiões metropolitanas analisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) não apresentaram variação significativa na taxa de desocupação na comparação com a de setembro. Já em relação à de outubro de 2010, houve queda de 2 pontos percentuais na região metropolitana de Recife e de 0,8 ponto percentual em Belo Horizonte e elevação de 0,7 ponto percentual em Porto Alegre. Nas demais, o

índice ficou estável.

A estimativa do nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação àquelas em idade ativa) em outubro também ficou estável em relação à de setembro e à de outubro de 2010: 54% no total das seis regiões. Na comparação com a de outubro de 2010, ocorreu redução de 1,5 ponto percentual em Salvador e de 1 ponto percentual em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, o indicador aumentou 2 pontos percentuais.

Dos grupamentos de atividade, de setembro para outubro, houve acréscimos em dois contingentes de trabalhadores: os da construção, com alta de 4,7% (76 mil pessoas), e os de serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, com aumento de 8,4% (286 mil pessoas). Os demais grupamentos não se alteraram nesse período.

Na comparação com o de setembro, o rendimento médio aumentou em três das seis regiões em outubro: Recife (5,1%), Salvador (1,5%) e Belo Horizonte (0,8%). No entanto, caiu no Rio de Janeiro (1,6%) e em Porto Alegre (0,6%) e não variou em São Paulo. Em relação ao valor de outubro de 2010, houve declínio em Recife (6%) e no Rio de Janeiro (1,9%) e aumento em Salvador (3,7%) e Belo Horizonte (2,5%). Em São Paulo e Porto Alegre, o rendimento médio ficou estável.

Registro de micro cresce 30% no Amazonas

Registro de micro cresce 30% no Amazonas

Pelo menos 3.100 novos empreendedores se habilitaram neste ano, até novembro, para formalizar e profissionalizar seus negócios

VERÔNICA CRUZ,

ESPECIAL PARA O JOC

O registro de micro empresas cresceu 30% no Amazonas, de acordo com dados divulgados nesta primeira quinzena de novembro pelo Sebrae-AM (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas). Neste ano, 3.100 novos empresários usufruíram de créditos através do programa que beneficia empreendedores que queiram sair da informalidade e se tornar micro empresários no Estado.

Um total de 36.432 microempresas estão cadastradas no Amazonas de acordo com a gerente de pesquisa do Sebrae-AM (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas

Empresas), Maria José Albuquerque. "Isso mostra o interesse dos pequenos empreendedores em se qualificar e buscar a realização profissional, gerando lucros para a economia local. Só em 2011, 3.100 novos empresários se cadastraram no projeto que registrou uma alta de 30% de registros", afirmou Maria.

A receita dos micro e pequenos negócios registraram alta em setembro de 0,1%, em todo Brasil, totalizando um montante de R\$ 26,9 milhões.

Para Edivam Lucena, que é microempresário na capital há quatro anos, o importante é se formalizar para ter obtenção de crédito para investir no próprio negócio. "Antes meu faturamento era 60% menor, com faturamento de R\$

1.200 por dia em vendas de sobremesas para as indústrias do polo industrial. Agora esse valor cresceu. Sair da informalidade contribuiu para o crescimento do lucro da minha empresa e isso está melhorando a vida da minha família", disse Edivam.

Edivam conta que emprega cerca de dez pessoas com carteira assinada na empresa, com intenção de ampliar a microempresa e se tornar um grande empresário no ramo de doces e salgados, gerando assim muito mais emprego na cidade. "Quero poder empregar no mínimo 30 funcionários divididos em dois turnos no próximo ano, pagando impostos como manda a lei e, com isso, gerar receita para a economia do meu Estado", avalia.

Registro de micro cresce 30% no Amazonas (continuação)

Empreendedor Individual é opção de enquadramento

Uma nova modalidade vem chamando atenção de novos empreendedores no Amazonas, o chamado EI (Empreendedor Individual) que já conta com 20.299 microempresas cadastradas no Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), em apenas seis meses no Estado. Em todo o Brasil esse número já alcançou 1.780,518 milhões de pessoas. O programa Em-

Isenção de taxas para registro da empresa, obtenção de crédito bancário e benefícios sociais são vantagens do programa

preendedor Individual é vol-

tado para o profissional que fatura no máximo até R\$ 36 mil por ano.

O programa tem alguns benefícios que podem ser aproveitados e que são de grande importância para quem está começando como empreendedor individual. Entre os benefícios está a isenção de taxas para registro da empresa, obtenção de crédito bancário, acesso a aposentadoria por idade, salário maternida-

de, pensão e ainda o suporte técnico do Sebrae.

Vários profissionais podem se cadastrar no programa, como por exemplo, pedreiro, costureira, cabeleireiro, vendedores de cosméticos ou até mesmo pipoqueiro e engraxates, o importante é faturar até R\$ 3 mil por mês, com projeção para 2012 que pode chegar ao valor de faturamento de até R\$ 60 mil ano.

Dados

Oportunidades para todos

Vários profissionais podem se cadastrar no programa, como por exemplo, pedreiro, costureira, cabeleireiro, vendedores de cosméticos ou até mesmo pipoqueiro e engraxates, o importante é faturar até R\$ 3 mil por mês, com projeção para 2012 que pode chegar ao valor de faturamento de até R\$ 60 mil ano.

Sim & Não

✘ Parece mesmo que o Governo Federal vai deixar a Suframa atravessar o temporal de pedras que atinge o modelo com guarda-chuva furado. A nomeação do superintendente, por exemplo, só deverá sair no próximo dia 7 de dezembro.

Comportamento

Presidente da Câmara dos Deputados promete relatoria da PEC da Prorrogação à bancada, mas quer votar logo a PEC da Música

ANTONIO PAULO
antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS) vai prestigiar a bancada parlamentar do Amazonas com a relatoria da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 103/2011), que prorroga a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, na Comissão Especial a ser criada pela Mesa Diretora. A presidência ou outros cargos de comando nessa comissão também poderão cair nas mãos dos deputados do Amazonas. Maia manteve o compromisso e nomeou o deputado Henrique Oliveira (PR-AM) como relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi apensada (anexada) à PEC 506/2010, de autoria do ex-senador Arthur

Virgílio Neto.

Oliveira vai dar parecer sobre a admissibilidade e constitucionalidade da PEC da Prorrogação, encaminhada pela presidente Dilma Rousseff. Mas o sonho de consumo político dele é a relatoria da emenda na Comissão Especial. O problema é que quase todos os colegas de bancada já foram fazer o mesmo pedido ao presidente da Câmara. Por causa do impasse e para não melindrar os políticos amazonenses, Maia vai reunir toda a bancada para fazer um sorteio ou criar um critério de escolha especialmente de relator.

Mas, o presidente da Câmara dá com uma mão e tira com a outra. Na quarta-feira, 23, quando concluiu a votação da DRU (Desvinculação dos Recursos da União), Maia avisou aos líderes partidários que vai pôr em vota-



Marco Maia está adotando uma atitude de quem quer votar logo a PEC da Música.

Aprovado

Em reunião com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvati, o senador Eduardo Braga foi informado de que o nome de Thomaz Nogueira foi aprovado por todos os setores do governo para superintendente da ZFM. Deve assumir no dia 7 de dezembro.

ção, na semana que vem, a PEC da Música. A proposta dá imunidade tributária sobre a produção de CDs e DVDs e de todo o conteúdo de obras musicais brasileiras. Os empresários do polo de CD e DVD da ZFM dizem que mais de sete mil empregos serão extintos se a PEC

98/2007 for aprovada, além de acabar com a indústria local.

O deputado do PT gaúcho sabe que o Governo Federal é contra a proposta, mas estaria comprometido com os artistas brasileiros. O argumento do presidente é que ao acelerar a votação e aprovação da DRU, na Câmara, fez um favor ao Planalto. Por conta do "agrado", pediu aos líderes governistas que não interferissem na votação da PEC da Música.

A pressão funcionou. Ontem, duas manifestações vindas do Governo Dilma demonstram que a PEC 98 deverá passar na Câmara, na próxima semana, sem a interferência do Palácio do Planalto. Em uma conversa entre o deputado Pauderney Avellino (DEM-AM) e deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), o líder do Governo, na Câmara, mandou a bancada do Amazonas se articular para barrar a emenda. "O Governo, mais uma vez, nos entregou à própria sorte", lamentou Pauderney Avellino. Ele promete obstruir a sessão e pediu empenho dos colegas de bancada para pedir apoio dentro de seus respectivos partidos.

Entrevista - Pauderney Avelino

Deputado destina **R\$500 milhões** em emenda individual para investimentos na melhoria da infraestrutura no PIM

'Precisamos fazer a lição de casa urgentemente'

O deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) apresentou emenda ao projeto de lei do Plano Plurianual 2012-2015 destinando R\$ 500 milhões para recuperação e ampliação da Zona Franca de Manaus. "A atual infraestrutura da ZFM carece de ajustes importantes e urgentes. Precisamos modernizar nossa mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional", defende Avelino. Pela sua proposta, R\$ 150 milhões seriam repassados à Suframa em 2012 e os outros R\$ 350 milhões, ao longo de três anos. A seguir a entrevista que ele concedeu ontem sobre esse assunto.



Arquivo A CRÍTICA

representatividade política em Brasília...Não, não vejo a situação dessa forma.

Que perfil o senhor advoga que tenha o novo superintendente da Suframa?

A gente precisa ter uma pessoa com estatura e presença forte, com conhecimento técnico e grande relacionamento no meio político governamental.

O nome posto para o cargo, Thomaz Nogueira, da Sefaz, tem esse perfil?

Pelo que sei, ele tem uma atuação grande no Conselho de Política Fazendária (Confaz) e é bem relacionado nos meios técnicos nos quais é bastante conhecido.

A reforma tributária, nos termos que o Planalto vem desenhando, será realmente ruim para a ZFM?

Sim. Reduzir a alíquota de ICMS interestadual para 2%, a partir de 2014, será um golpe forte, por isso temos que lutar para ressaltar o modelo por seu escudo constitucional e infraconstitucional.

O senhor vislumbra alguma alternativa à ZFM sendo criada no Estado?

Não. Temos que urgentemente arranjar formas de tentar dar suporte a este modelo, o qual não se exaurirá tão cedo, mas também é necessário que façamos a nossa lição de casa, buscando criar alternativas de desenvolvimento regional.

Como, de fato, o senhor espera que o dinheiro de sua emenda seja aplicado?

Estou destinando essa quantia, via emenda pessoal, para a recuperação de vias internas do Polo Industrial de Manaus e a expansão de sua área. É um dinheiro que também servirá para dotar o PIM de cabo de fibra ótica e gás encanado, enfim, para tornar melhor as condições de operacionalidade no polo.

Recentemente o Ministério Público Federal denunciou irregularidades praticadas com recursos para recuperação viária do PIM...

Aquilo foi uma trapalhada. Pegaram dinheiro público e deram para o entidade de classe empresarial (refere-se ao Cleam) contratar o serviço,

que, ao meu ver, deveria ter sido gerido pela própria Suframa, o Governo do Estado ou a Prefeitura de Manaus.

O senhor foi incentivado por alguém da Suframa ou da indústria a apresentar tal emenda?

Não, ninguém me procurou. Depois que a emenda foi apresentada recebi uma ligação de um servidor (não soube dizer o nome) do Departamento Financeiro da Suframa, elogiando a minha iniciativa.

Problema viário no PIM não é o maior que a Zona Franca enfrenta. Não falta autonomia político-administrativa à Suframa?

Não vejo esse como um grande problema. É verdade que a Zona Franca perdeu nos últimos anos

Puraquera

Moradores protestam contra ação de despejo da Suframa

MARIA DERZI

mariaderzi@acritica.com.br

Moradores do ramal 14 do Puraquequara, na Zona Leste de Manaus, realizaram, na tarde de ontem, em frente ao Ministério Público Federal, uma manifestação por estarem sendo despejados de suas terras onde moram há mais de 20 anos. Na maioria agricultores, os moradores dizem que a ação de despejo está sendo movida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Eles pedem ao Ministério Público para intervir na ação e dizem não ter para onde ir se forem retirados da área.

Os moradores também afirmam que fizeram das terras áreas produtivas, onde desenvolvem projetos de agricultura e piscicultura. A organizadora do grupo e diretora da Confederação Nacional das Associações dos Moradores (Conan), Lindalva Rocha, explica que os moradores buscaram ajuda por já estarem em processo de despejo. "São pessoas produtivas, que ao longo dos anos construíram suas casas,

Salva mais

>> Em execução

A assessoria de comunicação da Suframa informa que os processos de reintegração de posse de áreas de expansão do DI, invadidas nos anos 90, foram deferidos favoráveis à autarquia pela Justiça Federal no Amazonas e agora estão em execução. A Suframa afirma não poder abrir mão dos terrenos de propriedade pública.

Puraquera (continuação)

hortas e sobrevivem do que plantam lá. Se eles ficarem sem as terras, a Suframa vai estar além de tirar a casa de mais de 20 famílias que moram lá há muitos anos, também vai estar destruindo os projetos de agricultura. É isso que eles querem?”, disse a diretora da Conama.

O agricultor Raimundo Marques, 53, foi despejado de suas terras no dia 19 de agosto. Hoje não tem onde morar e procurou abrigo na casa dos parentes. “Lá, eu tinha criação de peixe, galinha e plantava tudo que desse lá. Eles chegaram e derrubaram tudo. Nem as coisas da minha casa eu pude tirar.”

Inácia do Nascimento, 65 anos, mora na área há mais de 20 anos, num terreno de 300 metros por 400 metros. Ela planta hortaliças e cria animais. “Desde que fui para lá eu trabalho com isso. Criei meus filhos e hoje a nossa área é uma beleza, precisa ver. Mas eles querem derrubar tudo por ganância. Não é justo. É uma área linda e produzimos muito lá. Como é que eles querem destruir tudo aquilo?”, questionou a agricultora.

Segundo a diretora da Conam, o Ministério Público vai avaliar o caso. “Eles pediram para a gente fazer um requerimento para que o Ministério Público tome ciência sobre a situação e quais as providências que estão sendo tomadas agora. Eles vão atuar por meio da Comissão de conflitos agrários”, concluiu Lindalva.

Júlio Ventilari

Zona petista

■ ■ Sobrevivendo durante anos a fortes tempestades, a Zona Franca de Manaus será assunto de debate promovido pelo PT. Os petistas vão avaliar propostas de um novo tempo para esse modelo de desenvolvimento da região. Hoje, no Da Vinci Hotel.

Defesa sem fim da Zona Franca

sobre a contribuição do comércio ao desenvolvimento econômico da região amazônica, reunindo uma coletânea de entrevistas concedidas pelo presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac, José Rober-

to Tadros, à imprensa de Manaus ao longo de mais de 40 anos como empresário, e 25 anos à frente da entidade.

O lançamento da obra acontece hoje, às 17h, no salão de



Tadros discorre sobre épocas e contextos históricos de mais de quatro décadas



Tadros nasceu em Manaus e é descendente da quarta geração de imigrantes que aportaram no Estado. Atualmente é cônsul honorário da Grécia e 1º vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio.

CAPA

 ICMS

Alíquota zero para importados traz prejuízo para Zona Franca

Contexto

APROFUNDAMENTO

Questionado sobre a guerra fiscal e como minimizar os prejuízos a ZFM, o secretário nacional de mobilização do PT, Jorge Coelho, não soube responder. Disse que ainda iria se aprofundar sobre o assunto.

Deputados do Amazonas fazem apelo a presidente

Parlamentares da Aleam devem enviar um pedido a Dilma Rousseff para integrar os cinco municípios excluídos da RMM

LUANA GOMES

Especial EM TEMPO

Com a contemplação somente de oito municípios, dos 13 existentes da Região Metropolitana de Manaus (RMM), incluídos antes de 2009 no projeto de lei 2633/2011 que estende os benefícios da Zona Franca de Manaus, os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) devem enviar um apelo a presidente Dilma Rousseff (PT) para integrar cinco municípios excluídos.

Líder do governo na Aleam, o deputado Sinésio Campos sugere que a casa envie pelo menos dois deputados a Brasília para apresentar a decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) que comprova a inclusão de Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manquiri e Silves à RMM.

Segundo o deputado Belarmino Lins, um dos autores do projeto que ampliou o grupo, apesar de não terem relação fronteiriça com Manaus, esses municípios estão ligados à capital amazonense e poderiam se beneficiar dos programas do governo que concedem benefícios à cidade.

Também autora da alteração aprovada pelo TJAM, a deputada Vera Castelo Branco (PTB) disse que Dilma não deve ter sido informada dessa lei estadual.

Moção de solicitação pronta

Belarmino explica que inicialmente a matéria não recebeu nem sanção nem veto do governo. "A Aleam, na época que eu era presidente, promulgou a lei. O Ministério Público recorreu, depois entramos com embargo na Justiça. Por último, o Tribunal de Justiça, por unanimidade, concedeu o reconhecimento da ampliação da RMM aos municípios", destacou.

O parlamentar comen-

ta que, para surpresa dos representantes da casa, a iniciativa prometida pela presidente Dilma, durante sua visita à capital, não contemplou esses territórios. Conforme declaração do deputado, a Aleam já está com a Moção de Apelo pronta, esperando a assinatura de todos os deputados.

O deputado Marcelo Ramos (PSB) sugere que o projeto seja retirado e reencaminhado com uma nova redação.

Gás chega às indústrias em julho do próximo ano

Com investimentos de R\$ 10 milhões para a compra de equipamentos e realização de obras, a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) dá a largada para levar gás natural até as empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) — que passará a consumir o combustível a partir de julho de 2012.

O primeiro passo, anunciado ontem, será a realização, nos próximos dias 13 e 14, de concorrência pública para aquisição de tubos de aço carbono e de válvulas de bloqueio de aço que serão usados para atender às indústrias na capital amazonense. “É uma importante etapa que a companhia iniciará, de atendimento ao setor industrial. Reflete o esforço que temos em promover o desenvolvimento do Estado do Amazonas e potencializar ainda mais o uso do gás natural como vetor econômico”, afirmou o diretor-presidente da Cigás, Lino Chixaro.

De acordo com a Cigás, os

PREVISÃO

A estimativa é que as obras comecem em 2012. A realização será por empresas terceirizadas ao longo do Ramal Aparecida, que passa pelas vias Constantino Nery, Torquato Tapajós e rodovias

Gás chega às indústrias em julho do próximo ano (continuação)

editais e seus anexos vão estar disponíveis na sede da empresa, em horário comercial, na rua Anhanduí, nº 520, Galpão 6A, Parque Industrial Anhanduí, no bairro Flores. Segundo a companhia, a estimativa é que as obras comecem em junho de 2012. Elas vão ser realizadas por empresas terceirizadas ao longo do Ramal Aparecida, que passa pela avenida Constantino Nery, estrada Torquato Tapajós e rodovias BR-174 e AM-010.

No primeiro momento dessa etapa de ampliação do fornecimento, vão ser atendidas dez indústrias, em segmentos como o farmacêutico e de transportes, que optaram em fazer a troca para o gás natural. O diretor técnico da Cigás, Clovis Correia, destacou que os tubos serão usados para a derivação do ramal principal até as empresas, em um total de 5 quilômetros, mas serão obras de menor impacto e com baixíssima retenção de veículos.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, disse acreditar que as fábricas do Distrito Industrial não vão mudar de matriz energética com a disponibilização do gás natural, uma vez que não há previsão de redução nos custos com energia elétrica.

Gás chega às indústrias em julho do próximo ano (continuação)

Investimentos em segurança

Além da realização de obras para ampliar o atendimento, a Cigás tem investido em segurança e em programas de gestão de risco. Este ano, a empresa inaugurou o Centro de Controle Operacional (CCO), de onde é possível monitorar por meio de fibra óptica e por tecnologia usada em telefones celulares, todos os 43 quilômetros da rede de gasodutos de Manaus.

A Cigás conta ainda com um Plano de Ação de Emergências (PAE), com equipes treinadas em Primeiros Socorros e Monitoramento Ambiental. A empresa pro-

moveu este ano, junto com órgãos ligados à segurança e infraestrutura, um exercício simulado de vazamento de gás natural – para que exista maior integração entre as equipes que possam vir a atender a um chamado de emergência nesse setor. “A Cigás continua centrada em manter a estratégia empresarial de posicionar o gás natural como um importante vetor de crescimento econômico no Estado do Amazonas, com implicações diretas na geração de emprego e oportunidades de negócios”, afirmou a Cigás.

Distribuição do combustível

A Cigás é a concessionária pública responsável pela distribuição do gás, por meio de gasodutos no Amazonas. Ela iniciou as suas operações em janeiro de 2010 e hoje comercializa em média, 2,5 milhões de metros cúbicos por dia, sendo a sétima distribuidora em vendas no Brasil.

Do total comercializado, 99,9% do volume é entregue a sete usinas termelétricas localizadas na cidade de Manaus e o restante

para dois postos de revenda de combustíveis para automóveis: o San Remo, próximo à Bola da Suframa, e o Vitória Régia, situado na avenida Constantino Nery. A empresa tem ainda contratos de suprimento firmado com a Petrobras, totalizando um volume de 5,5 milhões de metros cúbicos por dia. Conforme previsão da Cigás, o Polo Industrial 1, na Zona Sul, deverá ser abastecido com gás natural até 2013.

ICMS

Mais uma batalha para o Estado

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Envolto ainda na polêmica sobre a redução da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 12% para 2%, o Amazonas se vê agora com outro problema. Um projeto de resolução, que estabelece a redução zero da alíquota do ICMS sobre produtos importados nas operações interestaduais, pode trazer prejuízos ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

O PRS 72-2010, proposto pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá, ainda está na fase de discussões, mas se for aprovado vai trazer como consequência a perda de competitividade do parque industrial local.

“Com zero de ICMS, as empresas passariam a ter apenas os benefícios fede-

rais, o que as tornaria menos competitivas”, afirmou o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, é contra a concessão de incentivos à importação. Segundo ele, a alíquota zero gera um risco que não é pequeno para as indústrias nacionais, incluindo, as do PIM.

“Se os importados ficarem sem pagar o ICMS, eles vão competir diretamente com os produtos fabricados por mão de obra brasileira, colocando em risco os investimentos e a geração de empregos”, enfatizou.

O senador Demóstenes Torres afirmou que rejeita a intervenção proposta no PRS 72/2010, porque a me-

didada derrubaria programas de incentivos já estruturados em alguns Estados, entre eles, o Amazonas.

Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador Ricardo Ferraço, para realização de debates sobre a redução da alíquota do ICMS.

Contraponto

O deputado estadual Pauderney Avelino, destacou que a alíquota zero visa beneficiar os Estados como Espírito Santo e Santa Catarina, que se estruturaram para ser grandes centros exportadores. “O que estes Estados fazem é uma guerra fiscal quando reduzem a zero a alíquota do ICMS para produtos importados como se fossem uma verdadeira zona franca”, frisou, ao ressaltar que a medida só afetaria a Zona Franca de Manaus se a importação fosse para o comércio.

Agricultores vão ao MPE pedir fim de desocupação

Moradores do ramal do Puraquequara se dizem injustiçados com a retirada sem a indenização

IVE RYLO

Equipe EM TEMPO

Com faixas e carros de som, um grupo de agricultores e criadores protestou em frente ao prédio do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM), Aleixo, Zona Centro-Sul, na tarde de ontem. A manifestação dos trabalhadores foi contra a silenciosa reintegração de posse feita em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) dos

cerca de 50 hectares do ramal 14 do bairro Puraquequara, Zona Leste.

Na manhã de hoje, o grupo, liderado pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), dará entrada em requerimento solicitando o cancelamento da reintegração e a regularização fundiária. "Em agosto, encaminhamos uma petição apresentando a documentação que comprova a utilização das terras, que são produtivas. Isso é um descaso com os agricultores

retirados sem ganhar indenização", afirmou a diretora do Conam, Lindalva Rocha.

Indignados, os manifestantes denunciaram que, dessa vez, a ordem de despejo foi encaminhada à agricultora Inácia Josefa Silva, 82, que há 15 anos ocupa um dos lotes. Ela vive com uma família de nove pessoas em um lote que mede 100 m de frente por 400 m de fundo. Segundo os moradores, as terras da agricultora são as mais produtivas da região, com uma produção de 20 mil

pés de alface que, somada à produção e criação das outras 24 famílias, chega a produzir 10 mil maços de alface por mês e abastecer o mercado da capital amazonense. "Eu fico muito triste, mas o que posso fazer? Se for meu direito, eu quero ficar", disse Josefa.

Na lista de desapropriações, o grupo disse que o agricultor Valredo Moraes é o próximo nome da lista. O agricultor vive há 20 anos nas terras e, assim como Inácia, também tem grande produção e criação de animais.

"Saiu no jornal desta semana que os indígenas vão ganhar R\$ 31 mi para comprar terras e nós não temos direito a nada. Porque o índio vale mais que o branco?", questionou.

Em agosto o agricultor Raimundo Marques, lembra que foi retirado de suas terras e agora vive de favor na casa da irmã dele. "Eles entraram e tiraram a gente à força. Não vi documento nenhum de reintegração, nem mandado. Eles retiraram o pessoal e não fazem nada com as terras", apontou.

Mais de 5 mil hectares de terreno para o polo naval

LARISSA VELOSO

Equipe EM TEMPO

O estudo da situação fundiária da área onde será construído o Polo Naval de Manaus (PNM), no Puraquequara, será feito amanhã, e apresentado até o dia 5. Inicialmente, o Sindicato da Indústria da Construção Naval (Sindnaval) prevê a utilização de quase 2 mil hectares de terreno. Para o chamado "Plano B", a segunda etapa da expansão, o território requerido é de mais 3,5 mil hectares.

O assunto foi debatido, ontem, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), por parlamentares, representantes da indústria naval e da Secretaria de Estado de Planejamento (Se-

plan). A primeira área de 2 mil hectares será utilizada para a construção de estaleiros de indústrias presentes em Manaus e o terreno de ampliação deverá receber as novas empresas do segmento.

O presidente do sindicato, Matheus Araújo, afirmou que, pelo menos, oito empresas internacionais, algumas com representações no Sudeste do país, mostraram interesse pela construção de estaleiros no local. Entre as companhias de origem estrangeira estão algumas de origem holandesa, italiana, alemã, espanhola e japonesa.

"Provavelmente já teríamos contratos firmados se o território tivesse sido definido", afirmou. No sábado, os representantes de cada entidade farão uma visita ao

Puraquequara para definir o espaço onde deverá ser feita a construção do polo.

A discussão de questões socioeconômicas e ambientais das adjacências do polo também foi iniciada ontem e deve se prolongar pelos próximos encontros. "Queremos a presença de órgãos ambientais nessas discussões para que nos ajudem a construir causando o mínimo de impacto ambiental possível e não ter problemas posteriores, além de buscar meios de utilizar a população ao redor na cadeia produtiva, promovendo o desenvolvimento da região. O objetivo é dar, também, uma nova roupagem para aquela área", disse.

A construção de uma estrada de 21 quilômetros que dará acesso aos dois terre-

nos pelo ramal do Brasileirinho, na Zona Leste, também está prevista no projeto de mobilidade urbana do governo, segundo o presidente da Comissão de Finanças Públicas da Aleam, deputado Adjuto Afonso (PP).

Araújo contou que também foi discutida a criação de um comitê gestor para o polo naval, que deve ser encabeçado pelo governo, por meio da Seplan, em parceria com o sindicato e a Aleam. Ontem, o sindicato entregou o alinhamento das ações do que já haviam sido acordadas e devem, agora, ser documentadas. Políticas de desenvolvimento e criação de comissões para o setor são alguns dos assuntos que devem estar na pauta dos próximos encontros, segundo o presidente.

MPF-AM

Danos ambientais causados por empresa são apurados

IZABEL GUEDES

Equipe EM TEMPO

Um inquérito civil público foi instaurado pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) para apurar possíveis danos ambientais causados pela empresa Kawasaki Motores do Brasil, localizada na rua das Arraias, bairro Colônia Antônio Aleixo, Zona Leste. A informação foi divulgada na portaria nº 108 no Diário Oficial da União (DOU) na última terça-feira (22).

A ação foi fundamentada em vistoria feita pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), no dia 21 de julho, onde o órgão constatou que a caixa de passagem com tubulação proveniente da cozinha da empresa lança efluentes "in natura" para o rio Negro.

O relatório da secretaria indica, ainda, que parte do empreendimento foi construído em Área de Preservação Permanente (APP), e sugere que sejam apresentados a suplementação e o projeto de contenção da erosão na orla do rio Negro. Parte do local, segundo definições do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), faz parte da área do Encontro das Águas, que está em processo de tombamento junto ao órgão.

Com base nos dados, o MPF-AM determinou a instauração de inquérito para apurar o caso. A partir do pedido, o órgão encaminhou ofícios para o Iphan, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), que deverão tomar medidas e avaliar os danos causados.

Segundo informações da assessoria do órgão, até o

momento, apenas o Iphan respondeu, pedindo mais 30 dias de prazo para promover fiscalização no local. Segundo a publicação no DOU, a Kawasaki tem o prazo de dez dias, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa. Mas somente após a avaliação dos outros envolvidos solicitados, é que o MPF-AM dará andamento ao processo.

Em nota, a empresa informou que ainda não foi notificada. Garantiu que a Kawasaki tem todas as instalações de água servida (cozinha e sanitários) ligadas à uma Estação de Tratamento de Elementos (ETE) e que o equipamento

CRIME

A Kawasaki recebeu prazo de dez dias, a partir da notificação, para apresentar defesa. Ela é acusada de poluir o rio Negro por meio de uma tubulação proveniente da cozinha

foi vistoriado e aprovado pelo Ipaam. Segundo a nota, a fiscalização foi feita no fim de agosto deste ano, onde foram vistoriadas as instalações geradoras e de tratamento de água, e concedida a renovação da licença ambiental por um ano. A empresa informou que os resíduos industriais são descartados por meio de empresas especializadas e, que as condições atendem de qualquer irregularidade ambiental. Além disso, a Kawasaki garantiu que entrará em contato com os órgãos fiscalizadores para esclarecer os fatos.

O EM TEMPO tentou contato com o Ibama e o Ipaam, mas sem sucesso.

Pedidos de seguro-desemprego têm queda de 3,6% em dezembro

TEXTO Beatriz Gomes
FOTO Marcello Casal Jr/ABr

MANAUS

De janeiro a outubro de 2011, 68,49 mil pessoas fizeram o pedido do seguro-desemprego no Amazonas, a quantidade está 3,6% abaixo do mesmo período do ano passado quando 71 mil trabalhadores fizeram o requerimento no Estado. Os dados são do Ministério do Trabalho e Emprego.

Do total de pedidos do benefício realizados nos Sistemas Nacionais de Emprego do Estado (Sine/AM) e Município (Sine/Manaus) e Secretaria Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE/AM), 97,6% foram aceitas, ou seja, 66,8 mil estavam habilitadas a receber o benefício. O valor médio do benefício é de R\$ 702,23.

Perfil

De acordo com o Anuário do Sistema Público de Emprego e Renda, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ano passado, no Amazonas, 67% dos segurados eram homens e 33% mulheres.

Quanto à faixa etária, 57% estavam entre 25 e 39 anos, 25% entre 18 e 24 anos e 18,9% entre 40 e 59 anos. Do total de beneficiados no ano passado, 65% tinham o Ensino Médio completo ou incompleto, 14,7% tinham o fundamental incompleto e 10,6% o superior completo e incompleto.

O trabalhador amazonense permaneceu uma média de 25,4 meses no último emprego antes do seguro. A média nacional é de 25,8 meses de permanência.

De acordo com o superintendente regional do trabalho e emprego no Amazonas, Dermilson Chagas, os profissionais qualificados são os mais

FRASE



Dermilson Chagas.
Superintendente da SRTE

O mercado absorve os profissionais qualificados muito mais rápido que aqueles com menor formação”

OS NÚMEROS

57%

Essa taxa percentual representa o número de trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos que solicitaram o seguro-desemprego de janeiro a outubro, no Amazonas, segundo a SRTE.

disputados, por isso passam menos tempo disponíveis que aqueles com menor nível educacional. “O mercado absorve esses profissionais muito mais rápido que aqueles com menor formação”, explica.

Para requerer o benefício, é necessário levar o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), carteira de trabalho, CPF, carteira de identidade, comprovante de depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), comprovante de inscrição no Pis/Pasep e os dois últimos contracheques.

Quem trabalhou de 6 a 11 meses tem direito a três parcelas, de 12 a 24 meses são quatro parcelas e a partir de 25 meses são cinco.

Pedidos de seguro-desemprego têm queda de 3,6% em dezembro (continuação)

Taxa de desemprego é a menor desde 2002

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do País ficou em 5,8% em outubro. É a menor taxa para o mês desde 2002, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reformulou a Pesquisa Mensal de Emprego. Os dados divulgados mostram que a taxa apresentou leve queda em relação ao resultado de setembro (6%) e de outubro do ano passado (6,1%). Cerca de 1,4 milhão de pessoas estavam desocupadas no mês

passado, enquanto 22,7 milhões de brasileiros trabalhavam. Na comparação com outubro de 2010, houve aumento de 1,5% no número de pessoas ocupadas (adicional de 336 mil trabalhadores) em 12 meses. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (11,1 milhões) não teve variação significativa em relação ao total de setembro. Na comparação com o de outubro de 2010, houve

aumento de 7,4%, o que representou um adicional de 765 mil postos de trabalho com carteira assinada no período de um ano. O rendimento médio real dos ocupados (R\$ 1.612,70) também não variou na comparação com setembro e permaneceu estável ante outubro do ano passado. A massa de rendimento real (R\$ 36,9 bilhões) ficou estável em relação a setembro.

Nokia afirma que demissões atingiram apenas 49 trabalhadores

Em relação à matéria “Lesões dificultam retorno de 30 mil demitidos à indústria”, veiculada ontem pelo DIÁRIO, a Nokia informou por meio de nota que as demissões ocorridas na unidade de Manaus atingiram um total de 49 funcionários, o que, segundo a empresa, representa cerca de 2% do total de colaboradores da fábrica instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM)

Na matéria, a reportagem destacou que a industriária Luzimar Fernandes, após ter atuado por sete anos na empresa, foi dispensada e que testes comprovaram que ela adquiriu Lesão por Esforço Repetitivo (LER) nos punhos e ombros, em decorrência das atividades que desempenhava na empresa.

A Nokia rebateu as declarações de Luzimar informando que nenhum dos funcionários apresentava sintoma de lesão originária de doença no trabalho.

Claro & Escuro

RESPOSTA

Detran contesta

A diretora do Detran/AM, Mônica Melo, disse, ontem, que o órgão cobra dos centros de formação de condutores a Resolução 358 do Contran, que determina a aprovação de 60% dos candidatos. Segundo ela, a pessoa que passa informações ao deputado Marcos Rotta (PMDB) está equivocada. Rotta disse que examinadores são obrigados a reprovar 50% dos candidatos.

MESSIAS

Membro suplente

O presidente eleito do Sindicato dos Jornalistas, Wilson Reis, informou ontem que, apesar de não conseguir votos para titular da comissão de ética da entidade, o ex-vereador Messias Sampaio fica como membro suplente.

SUFRAMA

Nomeação aguardada

Parlamentares de Brasília informam que há a expectativa de que Thomaz Nogueira seja nomeado superintendente da Suframa no dia 7 de dezembro,

DISTRITO

Parceria para emprego

A Moto Honda e o governo do Estado fizeram parceria para a execução do programa 'Novos Talentos', que selecionará estudantes da rede pública para o ingresso na empresa.

CMM

Vista suspeita

O vereador Marcel Alexandre pediu vista do projeto de lei que proíbe repasses da Prefeitura de Manaus para ONGs e fundações. Ele é seguidor da Igreja da Restauração.

INTERIOR

Concurso suspenso

O TCE suspendeu o concurso da Prefeitura de Boca do Acre, porque o edital só foi divulgado um dia antes das inscrições.